

Termo de Referência 1/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
1/2025	152420-INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE /CAMPUS GLORIA	ANCILLA MIRIAM CARVALHO SANTANA	20/05/2025 10:29 (v 7.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		23464.000099/2024-73

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de **Reagentes Químicos**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	Aracaju		Estância		Glória		Itabaiana		São Cristóvão		QUANT TOTAL	VALOR REFERENCIAL UNITÁRIO	VALOR REFERENCIAL TOTAL
				Min	Max	Min	Max	Min	Max	Min	Max	Min	Max			
1	408952	BUTORFANOL TARTARATO - USO: USO VETERINÁRIO, FORMA FÍSICA: SOLUÇÃO INJETÁVEL, CONCENTRAÇÃO: 14,58	Frasco 10 mililitros	0	0	0	0	10	10	0	0	0	0	10	254,79	2.547,90
2	347386	BIFTALATO DE POTÁSSIO - ASPECTO FÍSICO: PÓ OU CRISTAL BRANCO OU INCOLOR, INODORO, PESO MOLECULAR: 204,23, GRAU DE PUREZA: PUREZA MÍNIMA DE 99,95%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: REAGENTE PADRÃO PRIMÁRIO, FÓRMULA QUÍMICA: HOOC-C6H4COOK, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 877-24-7	Quilograma	1	2	0	0	1	2	0	0	1	1	5	143,00	715,00
3	378971	HIPOCLORITO DE SÓDIO - ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO AMARELO ESVERDEADO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ESTABILIZADO, CONCENTRAÇÃO:	Litro	3	5	0	0	1	5	0	0	1	1	11	34,00	374,00

		TEOR MÍNIMO DE 12 % DE CLORO ATIVO															
4	402117	PERÓXIDO DE HIDROGÊNIO (ÁGUA OXIGENADA) - CONCENTRAÇÃO: 40 VOLUMES	Frasco 1000 ML	2	5	2	4	1	1	0	0	1	1	11	59,35	652,85	
5	269941	ÁLCOOL ETÍLICO - TEOR ALCOÓLICO: 70%_(70°GL), TIPO: HIDRATADO, APRESENTAÇÃO: LÍQUIDO	Frasco 500 ML	20	80	10	20	15	60	0	0	1	55	215	9,13	1.962,95	
6	347012	CORANTE - ASPECTO FÍSICO: PÓ, TIPO: FUCSINA ÁCIDA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CI 42685	Frasco 25 g	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	1	71,00	71,00	
7	353803	REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO CLÍNICO 6 - COMPOSIÇÃO BÁSICA: ANTICORPOS MONOCLONAIS ANTI-A, ANTI-B, ANTID, MÉTODO: GEL-TESTE, TIPO DE ANÁLISE: FENOTIPAGEM SANGUÍNEA ABO/RH PARA CLASSIFICAÇÃO, TIPO: CONJUNTO COMPLETO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CARTÃO COM MICROTUBOS, APRESENTAÇÃO: TESTE	Frasco 15 mL	2	5	0	0	2	2	0	0	0	0	7	84,42	590,94	
8	345815	ACETATO DE ETILA - ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO INCOLOR, LÍMPIDO, INFLAMÁVEL, PUREZA MÍNIMA: PUREZA MÍNIMA DE 99%, COMPOSIÇÃO QUÍMICA: CH3CO2C2H5, PESO MOLECULAR: 88,1, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: REAGENTE P.A., NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 141-78-6	Litro	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	3	52,26	156,78	
9	446670	ÁCIDO ACÉTICO - ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO LÍMPIDO TRANSPARENTE, PESO MOLECULAR: 136,15, FÓRMULA QUÍMICA: C8H8O2 (ÁCIDO ACÉTICO FENIL ESTER), GRAU DE PUREZA: PUREZA MÍNIMA DE 99%,	Litro	1	3	1	2	1	1	1	1	1	1	8	37,48	299,84	

		NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 122-79-2															
10	472134	ÁCIDO ASCÓRBICO - ASPECTO FÍSICO: PÓ, FÓRMULA QUÍMICA: C9H12O6 (ÁCIDO 5,6-ISOPROPILIDENO-L-ASCÓRBICO), PESO MOLECULAR: 216,19, PUREZA: PUREZA MÍNIMA DE 98%, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA I: CAS 15042-01-0	Quilograma	1	1	2	4	1	1	0	0	1	1	7	71,98	503,86	
11	426587	ÁCIDO BÓRICO - ASPECTO FÍSICO: CRISTAL INCOLOR OU PÓ/GRÂNULO BRANCO, INODORO, PESO MOLECULAR: 61,83, COMPOSIÇÃO QUÍMICA: H3BO3, GRAU DE PUREZA: PUREZA MÍNIMA DE 99,5%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: REAGENTE P. A. ACS ISO, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 10043-35-3	Quilograma	1	3	2	4	1	1	0	0	1	1	9	37,00	333,00	
12	402694	ÁLCOOL METÍLICO - ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO LÍMPIDO, INCOLOR, ODOR CARACTERÍSTICO, FÓRMULA QUÍMICA: CH3OH ANIDRO, PESO MOLECULAR: 32,04, GRAU DE PUREZA: PUREZA MÍNIMA DE 99,8%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: REAGENTE P. A., NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 67-56-1	Litro	0	0	4	6	1	1	1	1	1	1	9	41,50	373,50	
13	362526	BORATO DE SÓDIO - ASPECTO FÍSICO: CRISTAL BRANCO, CINZA AZULADO OU ESVERDEADO, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA: NA2B4O7 (ANIDRO), PESO MOLECULAR: 201,22, GRAU DE PUREZA: PUREZA MÍNIMA DE 99%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: REAGENTE, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 1330-43-4	Quilograma	1	1	1	2	1	1	0	0	1	1	5	24,45	122,25	
		CARBONATO DE CÁLCIO -															

14	347883	ASPECTO FÍSICO: PÓ BRANCO, INODORO, HIGROSCÓPICO, PESO MOLECULAR: 100,09, FÓRMULA QUÍMICA: $\text{CaCO}_3$ , GRAU DE PUREZA: PUREZA MÍNIMA DE 98%, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 471-34-1	Quilograma	1	1	1	2	2	2	0	0	1	1	6	27,17	163,02
15	352802	CLORETO DE AMÔNIO - ASPECTO FÍSICO: PÓ BRANCO, CRISTALINO, INODORO, PESO MOLECULAR: 53,49, FÓRMULA QUÍMICA: $\text{NH}_4\text{Cl}$ , TEOR DE PUREZA: PUREZA MÍNIMA DE 99,8%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: REAGENTE P. A. ACS ISO, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 12125-02-9	Quilograma	1	1	0	0	1	1	0	0	1	1	3	45,83	137,49
16	382542	CLORETO DE CÁLCIO - ASPECTO FÍSICO: PÓ, GRANULADO OU CRISTAL INCOLOR A ESBRANQUIÇADO, FÓRMULA QUÍMICA: $\text{CaCl}_2$ ANIDRO, MASSA MOLECULAR: 110,99, GRAU DE PUREZA: PUREZA MÍNIMA DE 97%, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 10043-52-4	Quilograma	0	0	0	0	1	2	0	0	1	1	3	66,84	200,52
17	437148	CLORETO DE FERRO - APRESENTAÇÃO: SOLUÇÃO AQUOSA, CONCENTRAÇÃO: 2%	Quilograma	0	0	0	0	1	1	0	0	1	1	2	51,68	103,36
18	445270	CROMATO DE POTÁSSIO - ASPECTO FÍSICO: PÓ CRISTALINO AMARELO ALARANJADO, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA: $\text{K}_2\text{CrO}_4$ , MASSA MOLECULAR: 194,19, GRAU DE PUREZA: PUREZA MÍNIMA DE 99%, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 7789-00-6, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: REAGENTE ACS	Quilograma	1	1	1	2	1	1	0	0	1	1	5	504,20	2.521,00
19	398706	IODOPOVIDONA (PVPI)- CONCENTRAÇÃO: A 10% ( TEOR DE IODO 1% ), FORMA FARMACEUTICA: SOLUÇÃO TÓPICA AQUOSA	Frasco 500 ML	0	0	0	0	1	5	0	0	0	0	5	34,13	170,65

20	327360	CORANTE TIPO: FUCSINA FENICADA (ZIEHLNEESEN) - ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO	Frasco 500 ML	1	1	0	0	1	1	0	0	0	0	2	105,00	210,00
21	460876	GLICEROL - CONCENTRAÇÃO: 95 %, FORMA FARMACEUTICA: USO RETAL LACTENTE, 1,4g	Supositório	0	0	100	200	100	100	0	0	0	0	3	14,69	44,07
22	347756	HIDRÓXIDO DE AMÔNIO ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO LÍMPIDO, INCOLOR, VOLÁTIL, DE ODOR ACRE, PESO MOLECULAR: 35,05, FÓRMULA QUÍMICA: NH4OH, GRAU DE PUREZA: TEOR DE NH3 ENTRE 28 E 30%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: EM SOLUÇÃO AQUOSA, REAGENTE P.A., NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 1336-21-6	Litro	1	2	1	2	2	2	0	0	1	1	7	30,28	211,96
23	366501	HIDRÓXIDO DE CÁLCIO ASPECTO FÍSICO: PÓ OU CRISTAL FINO BRANCO, FÓRMULA QUÍMICA: CA(OH)2, PESO MOLECULAR: 74,09, GRAU DE PUREZA: PUREZA MÍNIMA DE 95%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: REAGENTE P. A., NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 1305-62-0	Quilograma	0	0	0	0	1	1	0	0	1	1	2	47,00	94,00
24	438102	LUGOL - CONCENTRAÇÃO: 2%, FORMA FARMACÊUTICA: SOLUÇÃO ORAL, ADICIONAL: FORMULAÇÃO ESPECIALMENTE MANIPULADA	Frasco 15 ML	3	7	0	0	1	1	1	1	0	0	9	190,00	1.710,00
25	348679	ÓXIDO DE CÁLCIO - ASPECTO FÍSICO: PÓ BRANCO OU LEVEMENTE AMARELADO, INODORO, PESO MOLECULAR: 56,08, FÓRMULA QUÍMICA: CAO, GRAU DE PUREZA: PUREZA MÍNIMA DE 95%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: REAGENTE P.A., NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 1305-78-8	500 g	2	5	0	0	1	1	0	0	1	1	7	0,03	0,21
26	437140	HIDRÓXIDO DE SÓDIO - CONCENTRAÇÃO: 0,1 N - APRESENTAÇÃO: SOLUÇÃO AQUOSA	Litro	0	0	0	0	1	5	0	0	1	1	6	50,95	305,70

27	345522	Reagente SPADNS	Frasco 500 ML	1	2	0	0	1	1	0	0	0	0	3	39,00	117,00
28	352843	SULFATO DE SÓDIO - ASPECTO FÍSICO: FINOS GRÂNULOS BRANCOS CRISTALINOS, INODOROS, PESO MOLECULAR: 142,04, FÓRMULA QUÍMICA: NA <sub>2</sub> SO <sub>4</sub> ANIDRO, GRAU DE PUREZA: PUREZA MÍNIMA DE 99%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: REAGENTE P. A., NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 7757-82-6	Quilograma	1	3	0	0	1	1	0	0	1	1	5	26,50	132,50
29	364581	iodo - CONCENTRAÇÃO: 2%, FORMA FARMACÊUTICA: EM SOLUÇÃO DE ÁLCOOL ETÍLICO A 70%	Frasco 100 ML	1	2	0	0	1	1	1	1	1	1	5	20,22	101,10
30	390658	TIOUREIA - GRAU DE PUREZA: 7,6%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: SOLUÇÃO AQUOSA, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 62-56-6	Litro	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	1	67,48	67,48
31	460006	PETROLATO - ASPECTO FÍSICO: MASSA SEMI SÓLIDA BRANCA, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: MISTURA DE HIDROCARBONETOS DE PETRÓLEO, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 25322-68-3	Quilograma	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	1	49,58	49,58
32	273593	VIOLETA DE GENCIANA - COMPOSIÇÃO: SOLUÇÃO À 1%, APRESENTAÇÃO: USO TÓPICO	Frasco 30 ML	0	0	0	0	1	5	0	0	0	0	5	15,57	77,85
33	345903	ACETONA - ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO LÍMPIDO TRANSPARENTE, MASSA MOLECULAR: 58,08, GRAU DE PUREZA: PUREZA MÍNIMA DE 99,8%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: REAGENTE P/ UV-IRHPLC- GPC, FÓRMULA QUÍMICA: C <sub>3</sub> H <sub>6</sub> O, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 67-64-1	Litro	0	0	1	2	1	1	0	0	1	1	4	76,95	307,80
		ÁCIDO ACÉTICO - ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO LÍMPIDO TRANSPARENTE, PESO MOLECULAR: 60,05, GRAU DE PUREZA: PUREZA														

34	345906	MÍNIMA DE 99,7%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: GLACIAL, REAGENTE P.A.-ACS-ISO, FÓRMULA QUÍMICA: C2H4O2, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 64-19-7	Litro	0	0	1	2	1	1	0	0	1	1	4	62,80	251,20
35	347289	ÁCIDO SULFÚRICO - ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO INCOLOR, INODORO, VISCOSO, CRISTALINO, MASSA MOLECULAR: 98,09, GRAU DE PUREZA: PUREZA MÍNIMA DE 98%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: REAGENTE ACS, FÓRMULA QUÍMICA: H2SO4, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 7664-93-9	Litro	0	0	1	2	1	1	0	0	0	0	3	70,49	211,47
36	346633	ÁLCOOL ETÍLICO ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO LÍMPIDO, INCOLOR, VOLÁTIL, PESO MOLECULAR: 46,07, TEOR ALCOÓLICO: MÍNIMO DE 99,5°GL, GRAU DE PUREZA: MÍNIMO DE 99,7% P/P INPM, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: ANIDRO, ABSOLUTO, FÓRMULA QUÍMICA: C2H5OH, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 64-17-5	Litro	0	0	5	10	1	6	0	0	1	1	17	17,39	295,63
37	380907	PERMANGANATO DE POTÁSSIO - ASPECTO FÍSICO: PÓ CRISTALINO MARROM VIOLÁCEO, INODORO, PESO MOLECULAR: 158,03, GRAU DE PUREZA: PUREZA MÍNIMA DE 99%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: REAGENTE P. A. ACS, FÓRMULA QUÍMICA: KMNO4, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 7722-64-7	Quilograma	0	0	0	0	1	1	0	0	1	1	2	93,16	186,32
38	414450	CARBONATO DE SÓDIO - ASPECTO FÍSICO: PÓ OU CRISTAIS BRANCOS, HIGROSCÓPICOS, INODOROS, PESO MOLECULAR: 286,14, GRAU DE PUREZA: PUREZA MÍNIMA DE 99%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: REAGENTE P. A., FÓRMULA QUÍMICA:	Quilograma	1	2	0	0	0	0	1	1	1	1	4	21,28	85,12

		NA2CO3.10H2O (DECAHIDRATADO), NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 6132-02-1															
39	399068	CORANTE - TIPO*: CORANTE DE GIEMSA, ASPECTO FÍSICO*: LÍQUIDO	Frasco 500 ML	1	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	2	49,90	99,80
40	415455	CASEÍNA - ASPECTO FÍSICO: PÓ BRANCO, INODORO, GRAU DE PUREZA*: PUREZA MÍNIMA DE 95%, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA*: CAS 9000-71-9	Gramma	0	0	0	0	0	0	0	1	5	0	0	5	0,82	4,10
41	327377	CORANTE - ASPECTO FÍSICO: PÓ, TIPO: EOSINA AMARELADA Y, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CI 45380	Frasco 25 G	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	1	47,26	47,26
42	454003	CORANTE - TIPO*: REAGENTE DE SCHIFF, ASPECTO FÍSICO*: LÍQUIDO	Conjunto	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	1	395,30	395,30
43	365050	CORANTE - ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO, TIPO: HEMATOXILINA SEGUNDO HARRIS	Frasco 1000 ML	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	1	201,70	201,70
44	346632	ÁLCOOL ETÍLICO - ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO LÍMPIDO, INCOLOR, VOLÁTIL, PESO MOLECULAR: 46,07, TEOR ALCOÓLICO: 95,1 A 96°GL, GRAU DE PUREZA: 92,6% A 93,8% P/P INPM, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: HIDRATADO, FÓRMULA QUÍMICA: C2H5OH, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 64-17-5	Litro	20	30	0	0	0	0	0	2	4	0	0	34	14,80	503,20
45	361166	PERÓXIDO DE HIDROGÊNIO - ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO INCOLOR, INSTÁVEL, CORROSIVO, PUREZA MÍNIMA: TEOR MÍNIMO DE 30%, PESO MOLECULAR: 34,01, COMPOSIÇÃO BÁSICA: H2O2, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: REAGENTE P.A., NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 7722-84-1	Litro	1	2	1	2	0	0	0	1	1	1	1	6	55,00	330,00
46	363022	CORANTE - TIPO: CONJUNTO COLORAÇÃO PARA LEUCÓCITOS, COMPOSIÇÃO: PRETO DE SUDAM, GLUTARALDEÍDO, HEMATOXILINA	Frasco 1000 ML	1	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	2	222,14	444,28
		ÁCIDO PÍCRICO ASPECTO FÍSICO: PÓ CRISTALINO															



47	356902	AMARELO, INODORO, PESO MOLECULAR: 229,11, COMPOSIÇÃO QUÍMICA: 2,4,6-(NO <sub>2</sub> ) <sub>3</sub> C <sub>6</sub> H <sub>2</sub> OH, GRAU DE PUREZA: PUREZA MÍNIMA DE 99% EM BASE ANIDRA, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: REAGENTE P.A., NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 88-89-1 Unidade de fornecimento: Grama	Gramas	0	0	0	0	0	0	100	100	0	0	100	10,91	1.091,00
48	378590	HIDRÓXIDO DE SÓDIO - ASPECTO FÍSICO: EM LENTILHAS OU MICRO PÉROLAS ESBRANQUIÇADAS, PESO MOLECULAR: 40, GRAU DE PUREZA: PUREZA MÍNIMA DE 99%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: REAGENTE P. A. ACS, FÓRMULA QUÍMICA: NaOH, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 1310-73-2	Gramas	0	0	0	0	0	0	100	100	0	0	100	0,07	7,00
49	347797	HIDRÓXIDO DE POTÁSSIO - ASPECTO FÍSICO: ESCAMA OU LENTILHA BRANCA, INODORA, HIGROSCÓPICA, PESO MOLECULAR: 56,11, GRAU DE PUREZA: TEOR MÍNIMO DE 85%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: REAGENTE P. A., FÓRMULA QUÍMICA: KOH, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 1310-58-3	Gramas	100	250	0	0	0	0	500	500	0	0	750	0,18	135,00
50	346621	CLORETO DE CÁLCIO - ASPECTO FÍSICO: CRISTAL HIGROSCÓPICO, INCOLOR , INODORO, MASSA MOLECULAR: 110,99, GRAU DE PUREZA: PUREZA MÍNIMA DE 95%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: REAGENTE P. A., FÓRMULA QUÍMICA: CaCl <sub>2</sub> ANIDRO, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 10043-52-4	Quilogramas	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	2	49,36	98,72
51	432920	ACETONA - ASPECTO FÍSICO: CRISTAIS, MASSA MOLECULAR: 234,3, GRAU DE PUREZA: PUREZA MÍNIMA DE 99%, FÓRMULA QUÍMICA: C <sub>3</sub> H <sub>6</sub> O (DIBENZALACETONA),	Litros	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	1	96,02	96,02

		NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 538-58-9														
52	347670	BICARBONATO DE POTÁSSIO - ASPECTO FÍSICO: CRISTAL BRANCO, INODORO, PESO MOLECULAR: 100,12, GRAU DE PUREZA: PUREZA MÍNIMA DE 99,5%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: REAGENTE P. A., FÓRMULA QUÍMICA: KHCO <sub>3</sub> , NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 298-14-6	Grama	100	250	0	0	0	0	0	0	1000	1000	1250	0,16	200,00
53	359256	CROMATO DE POTÁSSIO - ASPECTO FÍSICO: PÓ CRISTALINO AMARELO ALARANJADO, INODORO, MASSA MOLECULAR: 194,19, GRAU DE PUREZA: PUREZA MÍNIMA DE 99%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: REAGENTE P. A., FÓRMULA QUÍMICA: K <sub>2</sub> CrO <sub>4</sub> ANIDRO, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 7789-00-6	Grama	100	250	1	2	0	0	0	0	1000	1000	1252	0,57	713,64
54	376230	DICROMATO DE SÓDIO - ASPECTO FÍSICO: PÓ CRISTALINO LARANJA AVERMELHADO, BRILHANTE, PESO MOLECULAR: 297,99, GRAU DE PUREZA: PUREZA MÍNIMA DE 99%, FÓRMULA QUÍMICA: Na <sub>2</sub> Cr <sub>2</sub> O <sub>7</sub> . 2H <sub>2</sub> O (DIHIDRATADO), NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 7789-12-0	Grama	0	0	0	0	0	0	0	0	2000	2000	2000	0,07	140,00
55	431313	HIDRÓXIDO DE SÓDIO - ASPECTO FÍSICO: EM LENTILHAS OU MICRO PÉROLAS ESBRANQUIÇADAS, PESO MOLECULAR: 40, GRAU DE PUREZA: PUREZA MÍNIMA DE 97%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: REAGENTE P. A. ACS, FÓRMULA QUÍMICA: NaOH, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 1310-73-2	Grama	0	0	100	1000	0	0	0	0	0	0	1000	0,10	100,00
56	278441	PERÓXIDO DE HIDROGÊNIO (ÁGUA OXIGENADA) - TIPO: 30 VOLUMES	Frasco 1000 ML	2	3	0	0	0	0	0	0	0	0	3	15,50	46,50
		TOLUENO - ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO INCOLOR,														

57	380337	ODOR CARACTERÍSTICO DE BENZENO, PESO MOLECULAR: 92,14, COMPOSIÇÃO QUÍMICA: C7H8, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: REAGENTE P. A., TEOR DE PUREZA: PUREZA MÍNIMA DE 99,5%, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 108-88-3	Litro	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	49,21	49,21
58	327212	CORANTE - ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO, TIPO: LUGOL FORTE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SOLUÇÃO A 5%	500 mL	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	1	96,00	96,00
59	390766	ÁLCOOL ETÍLICO LIMPEZA DE AMBIENTES - APLICAÇÃO: LIMPEZA, TIPO: ETÍLICO HIDRATADO, CONCENTRAÇÃO: 92,8°INPM	Litro	30	50	0	0	0	0	0	0	1	5	55	12,39	681,45
60	445526	HIDRÓXIDO DE SÓDIO - ASPECTO FÍSICO: EM LENTILHAS OU MICRO PÉROLAS ESBRANQUIÇADAS, PESO MOLECULAR: 40, GRAU DE PUREZA: PUREZA MÍNIMA DE 97%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: REAGENTE P. A. ACS, FÓRMULA QUÍMICA: NAOH, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 1310-73-2	Gramas	1000	2000	0	0	0	0	0	0	0	0	2000	0,15	300,00
61	433684	REAGENTE ANALÍTICO 3 - CARACTERÍSTICA ADICIONAL: FLUORIMETRIA, ADICIONAL: PARA AMOSTRAS DE LÍQUIDOS E BEBIDAS, TIPO DE ANÁLISE: QUALITATIVO COLIFORMES TOTAIS, TIPO: CONJUNTO COMPLETO, APRESENTAÇÃO: TESTE	Unidade	5	10	0	0	0	0	0	0	1	100	110	34,93	3.842,30
62	437251	O-TOLIDINA - APRESENTAÇÃO: SOLUÇÃO HIDROALCOÓLICA, CONCENTRAÇÃO: 0,1%	Gramas	0	0	0	0	0	0	0	0	70	140	140	3,97	555,80

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da publicação da ata no PNCP, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

**1.5. Havendo divergências entre as especificações dos itens descritas neste instrumento e o sistema Comprasnet, prevalecerão as deste Termo de Referência.**

**1.6. Não foi utilizado catálogo eletrônico de padronização, conforme ao art. 19 § 2º e art. 40 da Lei 14133/21, visto que, em consulta ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) não consta os itens da presente contratação.**

**1.8. Os itens a serem adquiridos são de grande interesse público, conforme art. 3º do Decreto nº 8.540, de 9 de outubro de 2015.**

## 2. Fundamentação da contratação

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em ótico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 10728444000100-0-000001/2023

II) Data de publicação no PNCP: 19/05/2023

III) Identificador da Futura Contratação: 152420-90030/2022

IV) Classe/Grupo e Id do item no PCA:

Classe / Grupo	Id do item no PCA
6640 - Equipamentos e Artigos de laboratório	210, 211, 216, 218, 219, 225, 232, 233, 239, 245, 255, 256, 257, 258, 260, 262, 271, 273, 274, 276, 287, 296, 303, 305, 314, 315, 341, 352, 353, 354, 355, 362, 363, 364, 365, 369, 375, 376, 377, 378, 384, 389, 391, 395, 399, 401, 407, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415, 416, 417, 419, 420, 422, 430, 432, 434, 437, 438, 439, 441, 443, 444, 445, 447, 463, 465, 466, 469, 471, 476, 479, 480, 481, 482, 486, 487, 488, 490, 491, 492, 493, 494, 495, 496, 497, 498, 499, 500, 501, 502, 503, 504, 505, 506, 523, 524, 529, 530, 538, 541, 551, 552, 553, 554, 555, 558, 559, 570, 572
6550 - Substâncias para diagnóstico "in vitro", reagentes, conjuntos e jogos para teste	212, 231, 234, 238, 242, 243, 244, 246, 264, 277, 282, 289, 290, 294, 297, 298, 299, 300, 342, 346, 359, 367, 371, 427, 435, 436, 451, 452, 453, 454, 455, 556, 457, 459, 462, 472, 474, 475, 509, 518, 526, 540
6810 - Produtos Químicos	213, 214, 215, 222, 227, 229, 236, 247, 263, 266, 267, 268, 269, 270, 278, 279, 280, 281, 284, 285, 288, 292, 293, 309, 323, 324, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 338, 339, 343, 345, 347, 348, 349, 350, 356, 357, 358, 360, 368, 372, 373, 379, 381, 383, 385, 396, 397, 398, 400, 426, 429, 464, 508, 510, 511, 512, 513, 514, 515, 516, 522, 528, 532, 533, 534, 536, 537, 546, 547, 548, 568, 573
8920 - Produtos de panificação e cereais	217, 393, 539, 567
6515 - Instrumentos, equipamentos e suprimentos médicos e cirúrgicos	220, 226, 307, 340, 374, 448, 449, 563, 564
6532 - Vestuário hospitalar e cirúrgico e itens correlatos de finalidades especiais	221, 433, 458, 460, 461, 569
5220 - Calibres de inspeção e ferramentas de precisão	223, 382
6510 - Materiais cirúrgicos para curativos	224, 235, 301, 560
6685 - Instrumentos para medição e controle de pressão, temperatura e umidade	228, 230, 259, 431, 517
7110 - Mobiliário para escritório	237
8135 - Materiais a granel para acondicionamento e embalagem	240, 470
4020 - Cabos de fibra, cordalhas e barbantes	241
8915 - Frutas, verduras e legumes	248, 249, 275, 531, 549, 561, 562, 565, 566,

8925 - Açúcar, confeitos, castanhas, nozes e similares	250, 252, 337, 388
8910 - Ovos e laticínios	251, 253, 283, 321, 322, 366, 392, 402, 403, 404, 405, 406, 543, 544, 550
4110 - Equipamento para refrigeração	261
6670 - Escalas e balanças	265, 394, 519, 535
7310 - Equipamentos para cozinhar, assar e servir alimentos	272
7930 - Compostos e preparados para limpeza e polimento	286, 311
6635 - Equipamentos para testes de propriedades Físicas	302, 325, 326
5120 - Ferramentas manuais sem corte, não acionadas por força motriz	304, 306
5210 - Instrumento de medição para artífices	308
7920 - Vassouras, escovas, rodos, esponjas e esfregões	310, 312, 542
8540 - Artigos de papel para higiene	313, 467
9340 - Artigos de vidro	316, 440, 442
8145 - Recipientes especializados para transporte e armazenagem	317, 318, 418, 521
6509 - Drogas e produtos biológicos de uso veterinário	319
6645 - Instrumentos para medição de tempo	320
6505 - Drogas e medicamentos	344, 351, 428, 525, 527, 555, 556
7350 - Louça e artigos de mesa	361, 370
8030 - Compostos preservativos evecantes	380
6630 - Instrumento para análises químicas	386, 387
8940 - Alimentos especiais dietéticos e preparados alimentícios	390
8415 - Vestuários para fins especiais	295
4730 - Acessórios e ferragens especiais para mangueiras, canos e tubos	408
7510 - Artigos para escritório	421, 423, 424, 425
9150 - Óleos e graxas para corte, lubrificação e sistemas hidráulicos	446
7360 - Jogos, conjuntos e equipamentos para preparar e servir alimentos	450
9310 - Papéis e papelões	468
4240 - Equipamento para segurança e salvamento	473, 571
7125 - Armários e estantes	477, 507, 545
7195 - Mobiliários diversos e acessórios	478
3037 - Equipamentos de laticínios, avicultura e pecuária	483
4230 - Equipamento para descontaminação e impregnação	484
4610 - Equipamentos para purificação de água	485

7520 - Acessórios e dispositivos para escritório	489
9330 - Artigos de plástico	520
7105 - Mobiliário doméstico	557

### 3. Descrição da solução

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### 4. Requisitos da contratação

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

**4.1.1. Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a oferta de produto que contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal.**

4.2. (SUPRESSÃO)

4.3. (SUPRESSÃO)

4.4. A 4.14 (SUPRESSÃO)

4.15. (SUPRESSÃO)

4.16. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.17. A garantia não será exigida por se tratar de aquisições de pronta entrega.

**4.. Considerando os critérios de certificação, observar exigência necessária para entrega dos bens, no item 5.15.**

### 5. Modelo de execução do objeto

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da(s) nota(s) de empenho(s), em remessa única, conforme necessidade da Administração, respeitando-se os quantitativos mínimos e máximos.

**5.1.1. O fornecimento do objeto não será parcelado.**

5.1.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 25 (vinte e cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

**5.1.3. O fornecedor será responsável pelo descarregamento e acondicionamento do objeto em local determinado pelo IFS.**

**5.1.4. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: identificação do produto, marca, fabricante, descrição detalhada do produto e prazo de garantia;**

**5.15. É necessário que, no ato da entrega de qualquer produto químico, o licitante apresente a FISPQ (Ficha de Informação de Segurança de Produtos Químicos) de acordo com a ABNT NBR 14725-4.**

**5.1.6. Em relação ao deslocamento para entrega dos objetos solicitados, em qualquer que seja o campus do gerenciador ou participantes, todos os custos correrão por conta da contratada**

5.2. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

5.2.1. Campus Aracaju: Av Eng. Gentil Tavares da Mota, 1166, B. Getúlio Vargas, Aracaju/SE, CEP 49055-260.

5.2.2. Campus Estância: Rua Café Filho, 260, Bairro Cidade Nova, Estância/SE, CEP 49200-000.

5.2.3. Campus Glória: Rod. SE-230, Povoado Piabas, s/n, Zona Rural, Nossa Senhora da Glória /SE, CEP: 49.680-000.

5.2.4. Campus Itabaiana: Av. Padre Airton Gonçalves Lima, 1140 - São Cristóvão, Itabaiana/SE, CEP 49500-543.

5.2.5. Campus São Cristóvão: Rodovia BR-101, Km 96, Povoado Quissamã, São Cristóvão/SE, CEP 49100-000.

5.3. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias do prazo total recomendado pelo fabricante.

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## 6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**6.1.1. O contrato será substituído por instrumento equivalente (carta-contrato, nota de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço), conforme art. 95, II, da Lei nº 14.133/2021 por se tratar de compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, se for o caso, independente de seu valor.**

### 6.2. (SUPRESSÃO)

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

### 6.5. A 6.16. (SUPRESSÃO)

## 7. Critérios de medição e pagamento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo almoxarifado, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta pelo requisitante.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 06 (seis) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 03 (três) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).



7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

**7.19.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, no ato da assinatura da ata de registro de preço.**

**7.19.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.**

**7.19.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.**

**7.19.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado (s) o(s) índice(s) definitivo(s).**

**7.19.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).**

**7.19.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa (m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.**

7.19.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.24. A 7.32. (SUPRESSÃO)

7.33. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.33.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.34. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.35. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.36. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a

possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.37. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## 8. Critérios de seleção do fornecedor

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

8.2. O fornecimento do objeto será não parcelado.

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

8.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

8.14. **(SUPRESSÃO)**

8.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.21. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

(SUPRESSÃO)

#### **Qualificação Técnica**

8.30. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, conforme caso abaixo, em plena validade;

**8.30.1. Para os produtos químicos controlados pelo exército, o licitante deve apresentar o Certificado de Registro válido junto ao Ministério do Exército, de acordo com a Portaria Número 56 - COLOG, de 5 de junho de 2017.**

**8.30.2. Considerando aqueles controlados pela Polícia Federal, o licitante deve apresentar um Certificado de Licença de Funcionamento válido Junto à Polícia Federal, conforme a Lei 10.357, de 27 de dezembro de 2001, o Decreto Nº 4.262, de 10 de junho de 2002 e a Portaria Nº 240, de 12 de março de 2019.**

**Segue código dos itens que precisam do certificado:** 3, 4, 5, 9, 11, 12, 14, 15, 16, 18, 22, 23, 25, 26, 28, 29, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 45, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 60.

8.31. (SUPRESSÃO)

8.32. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.32.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.32.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.32.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.32.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.32.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

8.32.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata

da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

8.32.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## 9. Estimativas do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 31.251,01

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 31.251,01 (trinta e um mil, duzentos e cinquenta e um reais e um centavo), conforme custos unitários apostos na tabela apresentada no item 1.

9.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato

9.3. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

9.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.3.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.3.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 10. Adequação orçamentária

10.1. Não há necessidade de indicação de dotação orçamentária, em razão da natureza de registro de preços desta contratação.

10.3. (SUPRESSÃO)

## 11. Obrigações - Contratante e Contratada

### 11. Obrigações do Contratante e da Contratada

#### 11.1. São obrigações do Contratante:

11.1.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

11.1.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

11.1.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

11.1.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

11.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

11.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

11.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

11.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

11.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### **11.3. São obrigações do Contratado:**

11.3.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

11.3.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

11.3.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo contratante e prestar todo esclarecimento ou informação solicitada;

12.3.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pela Administração, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.3.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não transferindo essa responsabilidade ao acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos o valor correspondente aos danos sofridos;

12.3.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor requisitante, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

12.3.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

12.3.7. Comunicar de imediato à Administração, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

12.3.8. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.3.9. Manter durante toda a vigência contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

12.3.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

12.3.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

12.3.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.3.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.3.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

12.3.15. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

12.3.16. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

12.3.17. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

12.3.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

## 12. Infrações e Sanções Administrativas

### 13. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

1. der causa à inexecução parcial do contrato;
2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
3. der causa à inexecução total do contrato;
4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021)

IV. Multa:

1. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 10% a 30% do valor do Contrato.
3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 10% a 30% do valor do Contrato.
4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 10% a 30% do valor do Contrato.
5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 5% a 15% do valor do Contrato.
6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 5% a 15% do valor do Contrato.

13.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

13.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

### 13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**ELTON HUGO ARAUJO SANTOS**

Unidade Supridora Requisitante



*Assinou eletronicamente em 20/05/2025 às 10:01:29.*

**KARINE OLIVEIRA MOURA**

Equipe de apoio

**DANILO FELIPE VIANA MUNDURUCA**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 20/05/2025 às 10:29:12.*

**ANCILLA MIRIAM CARVALHO SANTANA**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 20/05/2025 às 09:44:39.*



